

REVOGADO



ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010

Regulamenta e atualiza as competências dos Magistrados do Trabalho a serem adquiridas e desenvolvidas pelos Alunos-Juízes nos Módulos Nacional e Regional dos Cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada.

O Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN, no uso de suas atribuições legais e regulamentares:

Considerando que, conforme o estatuído no art. 111-A, § 2º, I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, e o disposto no art. 2º, VIII e IX, e no art. 17 da Resolução Administrativa nº 1158/06, com a redação dada pela Resolução Administrativa nº 1363/09, ambas do Colendo TST, incumbe precipuamente à ENAMAT a coordenação da formação dos Magistrados do Trabalho no âmbito das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais, podendo, para tanto, estabelecer metas de capacitação;

Considerando que, nos Programas Nacionais de Formação Inicial e de Formação Continuada atualmente vigentes, o alcance dos objetivos gerais e específicos da Formação é realizado mediante a execução das atividades formativas de acordo com conjuntos de áreas temáticas nas quais as competências profissionais necessárias ao exercício da função são desenvolvidas;

Considerando que as competências são tomadas como a potencialidade de o Magistrado mobilizar respostas de forma internalizada para enfrentar circunstâncias em que o indivíduo deve deter um conjunto integrado de conhecimentos, atitudes e habilidades já incorporado ao seu aparato pessoal, a fim de ser utilizado no exercício da profissão;

RESOLVE

editar a seguinte Resolução:



Fonte: Boletim Interno [do] Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, DF, n. 46, 19 nov. 2010, p. 6-7.
Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 607, 18 nov. 2010, Caderno da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, p. 1-2.

REVOGADO

Art. 1º – Fica instituída a Tabela de Competências da Magistratura do Trabalho, discriminada no Anexo I a esta Resolução.

Art. 2º – As competências deverão servir de base para as ações formativas da ENAMAT e das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, ressalvado o redimensionamento de competências que sejam peculiares ao exercício da profissão em cada Região.

Art. 3º – O Quadro de Competências será composto pelas seguintes colunas:

a) **Competência a ser adquirida/desenvolvida:** potencialidade de o Magistrado mobilizar capacidades, habilidades e atitudes de forma internalizada para o enfrentamento de situações profissionais;

b) **Descrição e dimensões:** conjunto integrado de competências cognitivas (conhecimentos; saber-saber), funcionais (habilidades; saber-fazer) e atitudinais (atitudes; saber-ser/saber-estar);

c) **Eixo:** segregação das competências em “gerais” (comuns à formação de profissionais Magistrados de outros ramos) e “específicas” (peculiares da formação própria da Magistratura do Trabalho);

d) **Subeixo:** conjunto de competências que podem ser tratadas didática e pedagogicamente de forma análoga por afinidade de desempenho.

Art. 4º – As Competências, Descrições e Dimensões, Eixos e Subeixos deverão ser revisados periodicamente, de acordo com o desenvolvimento e aperfeiçoamento da compreensão da complexidade da atividade profissional da Magistratura do Trabalho e seus desdobramentos.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, **revogando-se a Resolução ENAMAT nº 04/2010.**

Brasília-DF, 10 de novembro de 2010

ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
Ministro do TST e Diretor da Escola Nacional de Formação e
Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

Eixo teórico-prático de competências gerais

COMPETÊNCIA A SER ADQUIRIDA/DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO E DIMENSÕES/ÂMBITOS	SUBEIXO
Elaborar atos decisórios fundados em raciocínios logicamente estruturados	Identificar os limites objetivos e subjetivos do problema concreto	ARGUMENTATIVO-DISCURSIVO
	Valorar a conveniência e oportunidade de cada ato decisório em seu momento	
	Identificar as soluções possíveis para o caso concreto	
	Identificar os critérios constitucionais para a decisão justa	
	Selecionar a solução para o problema segundo os critérios constitucionais de justiça	
	Discernir as consequências da sentença proferida para as partes	
	Discernir as consequências da sentença proferida para a sociedade	
	Fundamentar racionalmente a decisão	
	Estabelecer os consectários diretos e indiretos da decisão	
	Processar operações matemáticas para a quantificação do resultado econômico da decisão	
	Utilizar mecanismos de decisão variados (por silogismo, equidade e analogia)	
	Valorar o conteúdo de justiça de cada solução possível	
	Impor as decisões com respeito e legitimidade	
Utilizar argumentos lógicos, coerentes e contextualizados em posição de autoridade/humildade na atuação profissional	Elaborar argumentos jurídicos lógicos, coerentes e contextualizados	
	Utilizar os argumentos na concepção de Magistrado como terceiro externo ao conflito	
	Saber persuadir	
	Fundamentar com eficácia e eficiência suas decisões e argumentações	
	Divisar a posição de humildade e autoridade em cada contexto	
Empregar a linguagem na redação, expressão e interpretação, com eficácia e eficiência como instrumento de trabalho	Empregar a linguagem com correção técnica, clareza, precisão e objetividade	
	Empregar a linguagem com adequação ao nível dos interlocutores judiciários	
	Compreender o caráter instrumental da linguagem no espaço judiciário	
	Dominar o idioma escrito e falado	
	Interpretar os elementos expressos e não-expressos da comunicação verbal e escrita	
Realizar análise, síntese e explicação de casos judiciários	Analisar casos judiciários	
	Sintetizar casos judiciários	
	Explicar casos judiciários	

Anexo I da Resolução nº 07/2010

COMPETÊNCIA A SER ADQUIRIDA/DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO E DIMENSÕES/ÂMBITOS	SUBEIXO
Garantir a realização dos direitos fundamentais nos conflitos judiciais	Identificar os princípios constitucionais e legais que estabelecem os direitos fundamentais	JURÍDICO-DIQUELÓGICO
	Conhecer a legislação vigente acerca da tutela dos direitos fundamentais	
	Identificar os principais direitos individuais e sociais envolvidos na prática judiciária	
	Solucionar conflitos reais ou aparentes entre princípios constitucionais	
	Construir raciocínios com base na interpretação sistêmica dos direitos fundamentais	
	Assegurar a efetividade dos direitos fundamentais nas demandas judiciais	
Aplicar princípios e regras conformes aos preceitos constitucionais e ao Estado Democrático de Direito	Conhecer os instrumentos de interpretação jurídica	
	Conhecer os fundamentos do sistema constitucional	
	Interpretar princípios e regras em conformidade com os preceitos constitucionais e do Estado Democrático de Direito	
	Aplicar em casos concretos princípios e regras em conformidade com os preceitos constitucionais e do Estado Democrático de Direito	
Efetivar a justiça social como valor nos casos concretos	Conhecer as principais concepções de justiça	
	Reconhecer as características sociais, econômicas e políticas da sociedade contemporânea	
	Conhecer os limites e possibilidades dos princípios e regras jurídicas como sistema normativo de regulação da sociedade	
	Aplicar em casos concretos critérios de justiça social	

COMPETÊNCIA A SER ADQUIRIDA/DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO E DIMENSÕES/ÂMBITOS	SUBEIXO
Cumprir os preceitos éticos aplicáveis na profissão	Conhecer as principais categorias da ética aplicadas na regulação jurídica	JURÍDICO-DEONTOLÓGICO
	Identificar os planos da ontologia e da deontologia nas relações profissionais	
	Conhecer os preceitos éticos aplicáveis ao juiz	
	Conhecer os preceitos éticos aplicáveis aos servidores, advogados, procuradores e outros profissionais jurídicos	
	Conhecer o Código de Ética da Magistratura	
	Portar-se em conformidade com seus deveres éticos no exercício profissional	
Exercer as prerrogativas do cargo com observância aos direitos e deveres funcionais	Conhecer a sistematicidade do estatuto funcional do Juiz	
	Exercer as garantias da Magistratura	
	Cumprir com os deveres da Magistratura	
	Reportar às instituições competentes as violações às prerrogativas profissionais	

Anexo I da Resolução nº 07/2010

COMPETÊNCIA A SER ADQUIRIDA/DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO E DIMENSÕES/ÂMBITOS	SUBEIXO
COMPETÊNCIA A SER ADQUIRIDA/DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO E DIMENSÕES/ÂMBITOS	SUBEIXO
Exercer o papel político-institucional do cargo como integrante do Poder Judiciário à vista de seus objetivos, valores e desafios	Identificar a posição hierárquica do órgão de atuação dentro da estrutura judiciária	POLÍTICO- INSTITUCIONAL
	Identificar as funções, atribuições e deveres de cada órgão da estrutura	
	Conhecer os desafios da instituição judiciária na sociedade contemporânea	
	Conhecer os objetivos da instituição judiciária na sociedade contemporânea	
	Conhecer os valores da instituição judiciária na sociedade contemporânea	
Manter relação com as entidades de classe dos profissionais do Direito (como OAB, AMB, ANAMATRA e AJUFE) com identificação de seus papéis, políticas e espaços públicos	Conhecer as instituições de classe dos profissionais do Direito	
	Identificar os papéis e políticas das instituições dos profissionais	
	Interagir com as instituições nos espaços públicos com respeito e profissionalismo	
Atuar no espaço judiciário com responsabilidade social e sustentabilidade ambiental	Conhecer os elementos de responsabilidade social da instituição	
	Conhecer os elementos de sustentabilidade ambiental da instituição	
	Adotar práticas administrativas que privilegiem a responsabilidade social e a sustentabilidade	
	Promover a conscientização de outros atores judiciários sobre a importância da responsabilidade social e da sustentabilidade ambiental	
Adaptar-se às alterações de fatos, valores e normas de seu contexto espacial e temporal de atuação	Identificar as alterações nas dimensões ontológicas, axiológicas e normativas no âmbito de sua região que modifiquem os referenciais de atuação profissional	
	Adaptar-se com atitudes profissionais positivas à nova dinâmica social do contexto de sua inserção	
	Adotar postura pró-ativa na implementação de novas práticas profissionais eficientes e eficazes compatíveis com as novas demandas e expectativas sociais perante a instituição	
	Promover a afirmação da instituição como legítima promotora da justiça social e da pacificação dos conflitos frente à dinâmica social	

Anexo I da Resolução nº 07/2010

Relacionar-se com respeito recíproco, escuta ativa e debate produtivo com os demais sujeitos intervenientes na jurisdição, como partes, outros juízes, advogados, procuradores e servidores	Conhecer os usos e costumes locais e regionais no relacionamento interpessoal	SOCIOINTERATIVO
	Relacionar-se com as partes e outros atores com cortesia e urbanidade	
	Estar atento àquilo que o outro diz e entender o significado do que se escuta no contexto real (escuta ativa)	
	Captar e compreender as preocupações, os interesses e os sentimentos dos outros, para respondê-los adequadamente (empatia)	
	Evitar antecipar julgamentos ou instruir inadvertidamente as partes	
	Guardar sigilo e discrição em relação a informações obtidas em razão da função	
Relacionar-se com transparência e inserção social com comunidades do exercício jurisdicional	Inserir-se na realidade social da comunidade onde atua	
	Conhecer as relações sociais e institucionais da comunidade	
	Manter-se informado sobre os acontecimentos da sua região de jurisdição	
	Manter conduta irrepreensível na vida pública	
Relacionar-se eficazmente com a mídia no exercício da jurisdição	Identificar os principais veículos de comunicação na sua região de atuação	
	Perceber a importância e repercussão da informação dada à mídia	
	Relacionar-se com a mídia eficazmente	
	Saber conceder entrevista por escrito e verbalmente	
	Afirmar a imagem da instituição no âmbito de sua jurisdição	
Relacionar-se eficazmente com entidades públicas afins ao exercício profissional	Conhecer as entidades públicas do Judiciário da região de jurisdição com as quais se mantém contato (Varas Estaduais, Federais, etc)	
	Conhecer outras entidades públicas da região de jurisdição com as quais se mantém contato (RFB, MPT, etc)	
	Atender com cortesia e urbanidade os representantes das entidades quando estes demandarem os serviços da instituição	
	Estabelecer diálogo produtivo com profissionais que realizam atividades de interesse da efetividade da jurisdição	
Relacionar-se eficazmente com entidades privadas afins na jurisdição	Conhecer as entidades privadas do mundo do trabalho da região de jurisdição com as quais se mantém contato (empresas e sindicatos)	
	Conhecer as entidades privadas da área acadêmica e de movimentos sociais da região de jurisdição com as quais se mantém contato (universidades, grupos de combate à discriminação, etc.)	
	Atender com cortesia e urbanidade os representantes das entidades quando estes demandarem os serviços da instituição	
	Estabelecer diálogo produtivo com profissionais que realizam atividades de interesse da efetividade da jurisdição	
	Manter a transparência e a isonomia no tratamento com entidades privadas profissionais e econômicas	

Anexo I da Resolução nº 07/2010

	Interagir com entidades acadêmicas e sociais em atividades de interesse da justiça social	
--	---	--

Eixo teórico-prático de competências específicas

COMPETÊNCIA A SER ADQUIRIDA/DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO E DIMENSÕES/ÂMBITOS	SUBEIXO
Promover trabalho em equipe, organização, eficiência e inovação nas práticas judiciais e institucionais	Promover interação entre membros de equipes de trabalho por resultados eficientes e eficazes	ADMINISTRATIVO-FUNCIONAL
	Instituir organização e métodos de trabalho no seu âmbito de atuação	
	Motivar práticas judiciais e institucionais inovadoras por resultados eficientes e eficazes	
	Conhecer modelos de gestão estratégica	
	Formar, participar de, colaborar com, coordenar e liderar equipes de trabalho	
Gerir com eficiência as rotinas de trabalho na Vara do Trabalho e no Tribunal, nos espaços de audiência, sessões, gabinete e secretaria	Conhecer instrumentos e rotinas para organização dos processos em Secretaria (prazo, pauta, arquivo provisório e definitivo, aguardando, etc)	
	Conhecer mecanismos de otimização de atos processuais	
	Conhecer os modelos de gestão de processos	
	Utilizar tecnologias para armazenagem e gestão da informação	
	Administrar adequadamente o espaço disponível	
	Administrar adequadamente o tempo disponível	
	Exercer a direção efetiva sobre o andamento do processo	
	Organizar os horários, rotinas e atividades do órgão (secretaria, sessões, audiência e gabinete)	
	Adotar instrumentos para organização dos processos	
	Disponibilizar meios de fácil acesso às informações por usuários internos e externos	
Gerir com eficiência os recursos materiais na Vara do Trabalho e no Tribunal	Conhecer modelos de gestão de material de expediente e permanente	
	Negociar a alocação de recursos escassos em seu órgão	
	Distribuir recursos e estabelecer as medidas de controle e seguimento	
	Orientar a gestão de orçamentos destinados ao Tribunal e suprimento de fundos destinado à Vara do Trabalho ou Gabinete	
Gerir com eficiência as pessoas na Vara do Trabalho e no Tribunal com domínio das questões de chefia, liderança, cargos e funções dos servidores	Criar meios de otimizar os recursos disponíveis	
	Conhecer modelos de gestão de pessoas	
	Formar, dirigir e liderar equipes	
	Resolver eficazmente situações de conflito	

Anexo I da Resolução nº 07/2010

	Definir objetivos e resultados a serem alcançados	
	Estabelecer diálogo interno produtivo	
	Identificar as competências dos servidores, em nível de suficiência e deficiência	
	Estimular a capacitação dos servidores	
	Familiarizar-se com as situações e com as condições de trabalho dos servidores	
Integrar com plenitude administrativo-funcional o quadro profissional com domínio das questões de remuneração, mobilidade e atividades administrativas e correccionais do órgão de inserção	Conhecer as garantias da Magistratura, seus deveres e seus instrumentos de efetivação	
	Conhecer as vantagens da carreira	
	Conhecer as formas de movimentação horizontal e vertical na carreira	
	Propor medidas de efetivação de direitos e garantias	
	Observar as normas nacionais e regionais da instituição sobre a carreira	
	Integrar-se no corpo profissional da instituição	
Praticar atos administrativos na Vara do Trabalho e no Tribunal com adequação	Conhecer os processos de trabalho de outros órgãos e instâncias judiciárias, administrativas e correccionais da instituição	
	Conhecer a rotina e os procedimentos administrativos	
	Conhecer a legislação administrativa que rege o funcionamento de órgãos públicos no âmbito da instituição trabalhista	
	Elaborar principais atos administrativos no âmbito da Vara e do Tribunal (portarias, ordens de serviço, resoluções, etc.)	
	Conhecer os elementos gerais da sindicância e do processo administrativo	
	Delegar atos sem caráter decisório	
	Simplificar e desburocratizar procedimentos administrativos	
Garantir a eficiência e a eficácia dos atos administrativos		
Utilizar com eficiência as tecnologias de telemática na jurisdição trabalhista	Conhecer tecnologias aplicadas ao exercício da Magistratura laboral	
	Conhecer outras tecnologias disponíveis para eficácia e eficiência dos processos de trabalho na Vara e no Tribunal	
	Utilizar as tecnologias disponíveis na busca de eficácia e eficiência dos processos de trabalho (especialmente Bacenjud, Renajud e Infojud)	
	Operar tecnologias aplicadas ao exercício da Magistratura laboral	
	Buscar novas tecnologias aplicáveis	
	Interessar-se em aprender novas tecnologias adequadas à efetividade da jurisdição na perspectiva da formação profissional continuada	

Anexo I da Resolução nº 07/2010

<p>Apoiar a formação inicial e continuada para aquisição e desenvolvimento de competências profissionais como inerentes à prestação jurisdicional eficiente</p>	<p>Divisar a formação profissional da formação acadêmica</p>	
	<p>Conhecer o modelo vigente de formação profissional dos Magistrados do Trabalho</p>	
	<p>Identificar a importância da formação profissional inicial e continuada dos Magistrados para a efetividade da jurisdição</p>	
	<p>Adotar postura pró-ativa na aquisição e no desenvolvimento de competências profissionais</p>	
	<p>Colaborar com as práticas formativas de outros Magistrados, Tribunais e Escolas</p>	
<p>Promover a formação inicial e continuada de Servidores como elemento de qualidade dos serviços judiciários</p>	<p>Conhecer o modelo vigente de formação profissional dos Servidores</p>	
	<p>Identificar a importância da formação profissional inicial e continuada dos Servidores para a efetividade da jurisdição</p>	
	<p>Colaborar com as práticas formativas dos Servidores</p>	
	<p>Estimular a participação dos Servidores nas ações formativas</p>	
	<p>Valorizar a qualificação dos Servidores e a implantação de boas-práticas profissionais como elemento de avaliação de desempenho</p>	
	<p>Exercer fiscalização assídua sobre o cumprimento de metas de qualificação profissional</p>	

COMPETÊNCIA A SER ADQUIRIDA/DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO E DIMENSÕES/ÂMBITOS	SUBEIXO
Realizar com ética e eficiência a solução de conflitos individuais e coletivos por conciliação	Conhecer métodos de solução de conflitos	JURISDICAL- TRABALHISTA
	Conhecer as dimensões jurídica, econômica, social e psicológica do conflito	
	Conhecer as técnicas de conciliação judicial trabalhista	
	Reconhecer os conflitos reais e aparentes	
	Tratar as pessoas e as situações com equilíbrio e sensibilidade	
	Conduzir a conciliação de forma pacificadora e justa	
	Redigir ata de homologação de acordo com termos claros, objetivos e precisos	
	Respeitar as expectativas dos envolvidos no conflito	
	Participar do diálogo do conflito	
	Esclarecer aos envolvidos os limites e resultados possíveis da solução do conflito	
	Organizar pautas de audiência adequadas para conciliação em conhecimento e execução	
	Adaptar o tempo e o espaço disponíveis para práticas conciliatórias eficientes e eficazes	
Exercer com instrumentalidade os poderes de direção de instrução probatória oral, documental e pericial em contraditório	Conhecer os poderes instrutórios do juiz	JURISDICAL- TRABALHISTA
	Conhecer os poderes de polícia do juiz	
	Conhecer as dimensões sociológicas e psicológicas da prova	
	Interrogar partes e testemunhas eficazmente	
	Dirigir o processo como instrumento de efetiva solução de conflito	
	Dirigir a produção da prova pericial	
	Dirigir a produção da prova documental	
	Dirigir a produção da prova oral	
	Perceber as consequências das decisões interlocutórias proferidas na prova	
	Manter o equilíbrio e a imparcialidade na produção das provas	
Praticar atos decisórios na Vara do Trabalho e no Tribunal com adequação de tempo e forma em regime de tutela ordinária e de urgência	Conhecer os instrumentos de tutela ordinária	JURISDICAL- TRABALHISTA
	Conhecer os instrumentos de tutela de urgência	
	Identificar custos e impactos na Vara, no Tribunal e na sociedade, para cada decisão proferida	
	Proferir atos decisórios com eficiência e eficácia	

Anexo I da Resolução nº 07/2010

	Fundamentar os atos decisórios	
	Ser independente do ponto de vista funcional e intelectual	
	Ser imparcial	
	Aceitar a reforma do provimento jurisdicional	
Efetivar a execução trabalhista pelo domínio de instrumentos jurídicos e metajurídicos	Conhecer os instrumentos jurídicos para efetividade da execução	
	Conhecer os instrumentos tecnológicos para efetividade da execução	
	Tornar mais célere a execução trabalhista	
	Dominar os elementos gerais de cálculo de valores	
	Promover a conciliação em demandas em execução	
	Adotar postura proativa na iniciativa e no impulso da execução	
	Identificar os custos e impactos, no órgão judiciário, das diferentes rotinas de gestão das execuções	
	Escolher, dentre as possíveis decisões, aquelas que representarem menor custo processual e maior efetividade ao jurisdicionado	

COMPETÊNCIA A SER ADQUIRIDA/DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO E DIMENSÕES/ÂMBITOS	SUBEIXO
Atualizar-se criticamente em temas contemporâneos relevantes para a jurisdição	Identificar as alterações sociais, políticas e econômicas na sociedade contemporânea	JURÍDICO-TRABALHISTA
	Reconhecer a legitimidade de novos valores para a transformação da sociedade	
	Identificar a função conservadora do Direito como elemento de segurança social	
	Identificar a função transformadora do Direito como elemento de legitimação de novos valores e condutas	
	Atuar com a consciência do embate entre o papel de conservação e transformação das regras e princípios jurídicos	
	Manter-se informado sobre as questões contemporâneas do Direito e das áreas afins	
Conhecer os elementos do trabalho e da produção como determinantes da natureza dos conflitos sociais contemporâneos	Conhecer as novas formas de trabalho na sociedade	
	Conhecer as novas formas de produção na sociedade	
	Reconhecer a relação entre as morfologias do trabalho e da produção e a criação e aplicação do Direito Social	
	Interpretar e contextualizar as novas formas de realização do trabalho humano e as atuais políticas de trabalho	
	Identificar os novos conflitos decorrentes da reestruturação produtiva	
	Garantir a realização dos princípios constitucionais na interpretação e aplicação de normas jurídicas para as novas morfologias de trabalho e produção	
Utilizar com eficiência os mecanismos sociojurídicos de proteção da dignidade na jurisdição laboral	Conhecer as leis, as políticas e os programas voltados para a proteção da dignidade da pessoa humana em âmbito regional, estadual e federal	
	Utilizar os mecanismos de proteção da dignidade na jurisdição do Direito Social	

COMPETÊNCIA A SER ADQUIRIDA/DESENVOLVIDA	DESCRIÇÃO E DIMENSÕES/ÂMBITOS	SUBEIXO
Reconhecer as expectativas individuais e sociais dos atores como determinantes de suas condutas nos conflitos trabalhistas	Conhecer os principais elementos componentes das expectativas individuais e sociais veiculadas no âmbito profissional	SOCIOPSICOLÓGICO
	Identificar as expectativas individuais e sociais que não são veiculadas no âmbito da judicialização dos conflitos sociais	
	Reconhecer a importância das expectativas dos atores como determinantes de suas condutas no âmbito da jurisdição	
	Respeitar as expectativas dos envolvidos no conflito quanto ao papel do Estado na solução de seus problemas	
Reconhecer a veiculação dos sintomas no conflito judiciário trabalhista contemporâneo	Identificar os sintomas atuais na sociedade contemporânea	
	Reconhecer a veiculação dos sintomas no conflito judiciário como característica da sociedade contemporânea	
	Reconhecer a incapacidade de o sistema judiciário dar resposta integral aos sintomas no âmbito do processo	
Exercer a Magistratura com respeito ao equilíbrio entre as dimensões emocional e racional de sua subjetividade frente ao conflito social laboral	Conhecer as principais categorias da dimensão subjetiva do Juiz	
	Identificar o papel da emoção e da razão na atuação profissional do Juiz	
	Equilibrar a participação da emoção e da razão no processo decisório como elemento de realização pessoal	
	Reconhecer a impossibilidade de solução, na dimensão psicológica, de todos os conflitos veiculados pelas expectativas dos atores e do próprio Juiz	
Promover a qualidade de vida pessoal e dos demais sujeitos da atuação judiciária e o meio ambiente do trabalho sadio como fator de realização profissional	Conhecer as principais características do meio ambiente do trabalho judiciário	
	Adotar medidas ativas para promoção de bem-estar pessoal e profissional no seu ambiente	
	Promover a qualidade de vida dos servidores e dos demais atores judiciários	
	Adotar postura positiva em relação ao trabalho e aos demais sujeitos judiciários	
Adotar posturas e medidas preventivas aos fatores de risco à segurança pessoal e familiar no exercício da profissão	Conhecer os principais componentes da violência na sociedade contemporânea	
	Conhecer os fatores específicos de risco na profissão do Juiz	
	Ser cauteloso e atento às ameaças internas e externas no exercício da profissão	
	Conhecer as principais medidas preventivas contra a violência ao Juiz e sua família	
	Conhecer procedimentos de conduta em situações de emergência	
	Adotar medidas ativas e passivas de defesa pessoal e familiar	